

# Apresentação / Presentation

## Perspectivas críticas sobre os BRICS

PATRICK BOND

ANA SAGGIORO GARCIA

O declínio econômico dos EUA, da Europa e do Japão é muitas vezes relacionado à ascensão do bloco “emergente” composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2013, nas reuniões de líderes em Durban, África do Sul, e São Petersburgo, Rússia, os líderes do BRICS anunciaram sua insatisfação com as instituições de Bretton Woods e sua intenção de criar um novo Banco de Desenvolvimento, com capital de US\$ 50 bilhões, e lançar o Arranjo de Contingente de Reservas de US\$ 100 bilhões. Um brasileiro dirige a Organização Mundial do Comércio e tenta quebrar bloqueios persistentes dos EUA e da UE que dificultam o crescimento do comércio global, e economistas chineses e indianos ocupam um segundo escalão da burocracia das instituições de Bretton Woods. Enquanto isso, vários integrantes do BRICS vêm resistindo às exigências dos países ocidentais para um regime de propriedade intelectual mais rígido e, em 2013, alguns líderes do BRICS desafiaram corajosamente a liderança dos EUA em temas como as revelações de espionagem, o asilo ao ex-agente Edward

---

### **PATRICK BOND**

Professor da Universidade  
KwalaZulu-Natal (Durban, África  
do Sul) e diretor do Centre for  
Civil Society.  
pbond@mail.ngo.za

---

### **ANA SAGGIORO GARCIA**

Professora do Departamento  
de História e Relações  
Internacionais, Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro,  
e pesquisadora do PACS.  
anasaggioro@gmail.com

Snowden e o bombardeamento da Síria, proposto por Washington. Recentemente, em março de 2014, os BRICS apoiaram implicitamente a Rússia no conflito sobre a Crimeia, e se uniram contra o G-7 (que havia colocado Putin para fora da sua reunião do G-8 prevista para ser realizada em Sochi). Os ministros das Relações Exteriores do BRICS ameaçaram retirar-se da cúpula do G-20

na Austrália se esse se tornasse um G-19, sem Moscou. Estes incidentes sugerem a possibilidade de que ao menos dois dos BRICS – China e Rússia – se posicionassem contra as potências ocidentais. Em maio de 2014, esses mesmos países assinaram um acordo histórico para fornecimento de gás russo à China, usando suas moedas locais e não o dólar, buscando diminuir parcialmente a dependência russa da venda para o mercado europeu.

Ao mesmo tempo, o projeto subjacente aos BRICS tem muito em comum com o *status quo* ocidental quanto à estabilização do mundo financeiro, gerando uma capacidade adicional de “empresários de última instância” (por exemplo, uma injeção de liquidez ao FMI de US\$ 75 bilhões, em 2012); à manutenção da demanda para o dólar estadunidense, apesar de turbulências monetárias causadas pelas políticas do Banco Central dos EUA; e à promoção de um modelo extrativista, de alto consumo de carbono, que ameaça ampliar a destruição ambiental e social provocada pelo capitalismo avançado. O papel dos BRICS no *de facto* descarrilamento do Protocolo de Quioto para limitar a mudança climática é revelador: a Rússia havia assinado em 2005, mas retirou-se em 2012, enquanto em 2009 os outros líderes do BRICS se juntaram a Barack Obama para promover o Acordo de Copenhague que, nos bastidores das negociações, rejeitou um limite compulsório para as emissões. A vigilância dos cidadãos e cidadãs parece tão grave nos BRICS como nos países anglófonos ocidentais no “estilo 1984”. Pior ainda são a criminalização dos movimentos sociais e a opressão de dissidentes. A dominação econômica e política dos vizinhos menos desenvolvidos é uma preocupação crescente, levando críticos a postular a incorporação *subimperialista* dos BRICS ao capitalismo mundial, tal como Ruy Mauro Marini escreveu sobre a posição do Brasil há quarenta anos.

Contudo, as contradições extremas que caracterizam todos os países do BRICS têm criado formas incisivas de resistência social, incluindo alguns dos maiores protestos do mundo. Grandes manifestações são, em parte, resultado do modelo de crescimento econômico pró-corporativo, que resultam em grave destruição ambiental nesses países. Fortaleza, no Brasil, sedia a Cúpula dos BRICS em julho de 2014, logo após o término da Copa do Mundo.

Essa foi alvo de protestos contra gastos públicos excessivos, imposições da FIFA, que restringem direitos e contrariam preceitos da legislação brasileira, e insatisfações difusas com as desigualdades sociais e a falta de serviços públicos de qualidade. No Brasil, a repressão policial aos protestos implicou graves violações de direitos humanos.

Outros profundos desafios vêm da Rússia, não apenas como resultado da expansão para a Ucrânia, mas também da repressão a protestos. A sociedade civil tem reagido ao contexto autoritário, como, por exemplo, um movimento democrático no final de 2011, a luta por liberdade de expressão envolvendo uma banda de rock em 2012, direitos dos homossexuais em 2013, e protestos antiguerra em março e maio de 2014. Na Índia, ativistas abalaram a estrutura de poder contra a corrupção em 2011/12, contra um estupro e assassinato no final de 2012, e a população surpreendeu nas eleições municipais de 2013, votando por um partido político antiestablishment da esquerda. Na China, ativistas têm aumentado os números de protestos por causa da poluição, como, em abril de 2014, em Guandong, contra uma fábrica de paraxileno. Igualmente importantes quanto são as lutas dos trabalhadores, tais como as greves atuais contra a Nike e Adidas. Na África do Sul, a chamada “maldição dos recursos” (a abundância de certos recursos naturais, como minério e petróleo, cuja exploração pode ter profundos impactos sociais e ambientais) ajuda a explicar o que pode ser uma das mais elevadas ondas de protesto do planeta. Certamente, o movimento sindical merece a classificação dada pelo Fórum Econômico Mundial como classe trabalhadora mais militante do mundo nos últimos dois anos. Todavia, diversos manifestantes da África do Sul, incluindo aqueles que em aproximadamente 1.880 ocasiões no ano passado se tornaram violentas (de acordo com o ministro da Polícia Nathi Mthethwa), ainda não falham em se conectar e estabelecer um movimento democrático (embora o Sindicato dos Metalúrgicos procure mudar isso através da sua iniciativa “United Front”).

Em todos esses casos, estes militantes e manifestantes encontram-se, em alguma medida, distantes da retórica dos governos dos BRICS sobre um “grande futuro” para seus países, se seguirem

a atual trajetória, especialmente em aliança um com o outro. Ainda não há uma abordagem coerente entre ativistas; as forças progressistas em cada país operam ainda inconscientes de possíveis ligações concretas com outros movimentos nos demais países do BRICS e nos seus vizinhos. A questão central que hoje se coloca é em que medida as lutas sociais em cada um dos países do BRICS podem se transformar em laços de solidariedade entre povos nas bases desses países, revertendo o caminho das elites e criando caminhos para um outro desenvolvimento.

Essa conexão entre as lutas e experiências coletivas de resistência e construção de alternativas é o que chamamos de *BRICS from below*. Se olharmos para os posicionamentos nas sociedades em relação aos BRICS buscando uma análise de classe, podemos enxergar, *grosso modo*, algumas posições ideológicas diante desse bloco de países, cujos níveis de análise podem ser organizados em: *BRICS from above* (a posição de algumas instâncias governamentais e empresariais), *BRICS from the middle* (a posição de alguns acadêmicos, *think tanks* e algumas ONGs), *BRICS from below* (movimentos sociais de base em luta nos países, que podem criar laços comuns de luta e solidariedade transnacional), e, por fim, aqueles intelectuais do meio empresarial pró-Occidente, adeptos à velha ordem capitalista com base na hegemonia estadunidense, que temem a ascensão dos BRICS. Podemos especificá-los de acordo com o quadro a seguir, tomando como base as experiências na África do Sul.

### **DEZ POSIÇÕES IDEOLÓGICAS EM RELAÇÃO AOS BRICS**

1. *BRICS FROM ABOVE* – Chefes de Estado e seus aliados das elites corporativas

1.1 BRICS como “anti-imperialistas”: retórica de Ministros de Relações Exteriores – “*Talk Left, Walk Right*” – baseada nas tradições de libertação nacional, com algumas ações concretas, tais como a oposição às restrições de propriedade intelectual aplicadas a medicamentos, especialmente os antirretrovirais;

1.2 BRICS como “subimperialistas”: re-legitimação da “globalização” neoliberal nos países vizinhos, intensificando a exploração estrutural dos(as) trabalhadores(as), mulheres, da natureza, em nome do capital global/local, garantindo ao máximo a emissão de gases de efeito estufa (juntamente com os EUA e seus aliados ocidentais), não importando suas consequências locais, continentais e global, por vezes jogando o papel dos “xerifes locais” das potências hegemônicas mundiais;

1.3 BRICS como “interimperialistas”: inclui novos projetos como um comércio internacional sem o dólar, uma nova internet desconectada dos EUA, ou a representação de Putin como oposição a Obama e aos líderes europeus, seja em posicionamentos distintos nas negociações no âmbito do G-20, seja no conflito na Ucrânia/ Crimeia;

2. *BRICS FROM THE MIDDLE* – Fórum Acadêmico dos BRICS, intelectuais, sindicatos, ONGs

2.1 *pro-BRICS advocates*: maioria do Fórum Acadêmico e dos *think tanks* estabelecidos, além de outros (incluindo esquerdistas) esperançosos de que os BRICS possam efetivamente desafiar as injustiças globais;

2.2 *wait-and-see about BRICS*: maioria das ONGs e suas agências financiadoras – assim como boa parte dos intelectuais “terceiro-mundistas” – que desejam que os BRICS se tornem “anti-imperialistas” nas Nações Unidas, nas instituições de Bretton Woods, e com o novo Banco de Desenvolvimento, o Arranjo Contingente de Reservas, etc.

2.3 *critics of BRICS*: aqueles associados às redes dos *BRICS from below*, que consideram os BRICS por vezes “subimperialistas”, outras vezes “interimperialistas”;

3. *BRICS FROM BELLOW* – Organizações e ativistas de base cuja visão parte do local para o global

3.1 *localist*: aquelas lutas presas a questões setoriais e locais, incluindo protestos esporádicos e espontâneos – alguns até contra corporações dos BRICS – mas sem uma estratégia clara, correndo o risco de, por vezes, se tornarem xenofóbicas e propensas à demagogia populista;

3.2 *nationally-bound*: ativistas da sociedade civil que são vagamente conscientes dos BRICS, são hostis a eles, porém estão ainda muito ligados às lutas setoriais e nacionais – que muitas vezes se opõem à agenda dos BRICS – mas falham em ligar-se às demais lutas em outros países, mesmo em situações em que serviriam a seus interesses;

3.3 *solidaristic-internationalist*: aqueles que são parte do “movimento por justiça global”, objetivando campanhas coletivas por direitos humanos e ambientais, contra inimigos comuns dos BRICS, tais como a Vale, o Banco de Desenvolvimento Chinês, o DBSA, empresas petrolíferas, megaprojetos hidrelétricos e de infraestrutura, que violam os direitos das populações atingidas. Esses grupos buscam solidariedade entre redes de comunidades, trabalhadores(as) e grupos impactados dos BRICS;

4. PRO-WEST BUSINESS – Intelectuais orgânicos do meio empresarial conectados à velha ordem, situados nas filiais das empresas multinacionais, instituições voltadas para o “Norte” e partidos políticos neoliberais e seus congênitos, cuja característica comum é sua preocupação crescente de que os BRICS possam vir a agir de forma coerente como um bloco anti-Ocidente.

Partindo dessa tentativa de organização dos posicionamentos, é possível identificar uma diversidade de análises sobre esse conjunto de países desde a primeira aparição da sigla BRICS em 2001, concebida por Jim O’Neil do Goldman Sachs na identificação de mercados promissores para a atuação de agentes econômicos e financeiros. Houve aqueles que desqualificaram o bloco como algo incoerente que não duraria, na medida em que esses países

nada teriam em comum com o outro; outros já viam esses países como uma possível ameaça à hegemonia estadunidense, uma vez que ambicionavam ter mais poder e participação na ordem internacional, e deveriam ser compelidos pelas potências tradicionais a aceitarem as regras e normas existentes; já outros celebraram a ascensão dos BRICS como a democratização da ordem mundial, sendo impossível encontrar saídas para a crise financeira internacional, iniciada em 2008 nos EUA, sem a participação ativa desse grupo de países.

Pela importância dos BRICS, agências de financiamento, principalmente as dos países centrais, passaram a destinar recursos para projetos e produções acadêmicas sobre o tema, e os próprios BRICS passaram a apoiar alianças pró-governos entre acadêmicos e *think tanks*. A coletânea de textos reunidos nessa edição especial de *Tensões Mundiais* visa preencher, embora ainda parcialmente, a lacuna em estudos, eventos e documentos que tratam dos BRICS: análises críticas sobre a ascensão dessas economias emergentes no marco de um capitalismo global cada vez mais predador, excludente e concentrador de riquezas, dentro e para além dos próprios BRICS. Assim, assumimos o desafio de reunir um conjunto de artigos que, a partir de diferentes abordagens, ajudem a refletir sobre a ascensão de um “Sul (e Leste) Global”, que é por vezes cooperativa, por vezes antagônica às potências tradicionais (EUA, Europa e Japão). Acima de tudo, essa ascensão ocorre no marco da expansão e aprofundamento do capitalismo no século 21, e em meio à sua pior crise desde os anos 1930. Desejamos, assim, fortalecer redes de resistências e ajudar a construir uma solidariedade transnacional no sentido dos *BRICS from below*.

Para isso, dois objetivos foram visados com essa edição especial. O primeiro é reunir análises que subsidiem o debate entre movimentos sociais, organizações de trabalhadores(as) e outros ativistas na luta por justiça social e alternativas à ordem capitalista internacional vigente. Para muitos dos movimentos sociais antineoliberais, os BRICS são um tema ainda incipiente. O segundo é ter um espaço de debate acadêmico crítico que reúna alguns temas e discussões teóricas que foram levadas a cabo nos últimos anos, como, por exemplo, a discussão

sobre subimperialismo, extrativismo e neodesenvolvimentismo. Buscamos contribuições de todos os cinco países do BRICS, bem como daqueles que são seus vizinhos, para aportar na Cúpula dos BRICS em Fortaleza, no Brasil.

Esses objetivos foram, em grande medida, alcançados. Um primeiro conjunto de artigos discute as categorias de imperialismo, subimperialismo e capital-imperialismo. Mathias Luce revisita as formulações de Ruy Mauro Marini no âmbito da Teoria Marxista da Dependência. O autor elabora uma teoria global do subimperialismo como “etapa superior do capitalismo dependente”. Este resulta em uma nova hierarquia no sistema mundial, com elos intermediários na cadeia imperialista, lugar ocupado especialmente pelo Brasil, África do Sul e Índia. Segundo Luce, a China e a Rússia não podem ser caracterizadas da mesma forma. Já Virginia Fontes trabalha com uma nova categoria, a do capital-imperialismo, de modo a compreender as transformações do capitalismo contemporâneo e suas novas contradições econômicas, políticas e sociais. Para a autora, o predomínio exercido pelos países centrais deve ser compreendido não como algo externo, mas internalizado nos demais países, com a adesão subalterna de países como os BRICS às formas de expansão capital-imperialista. Leo Panitch, por sua vez, sustenta a tese sobre o império informal americano, analisando a posição de países como os BRICS, em especial da China, nesse marco. Segundo o autor, o império informal americano se responsabilizou pela extensão e reprodução do capitalismo em uma escala global, com forte apoio de classes capitalistas estrangeiras. Assim, a integração de grandes Estados do hemisfério Sul ao capitalismo global ampliou, do mesmo modo que complicou, as responsabilidades imperiais dos Estados Unidos. Os conflitos mais relevantes no mundo atual se dão não entre Estados imperiais rivais, mas sim entre frações de classe capitalista, dentro dos Estados. Por fim, Pedro Henrique Campos trará a evolução da internacionalização dos conglomerados da construção civil brasileiros. Para ele, a tese do subimperialismo brasileiro não é suficiente para explicar esse fenômeno da internacionalização, uma vez que não é a estreiteza do mercado que explica a atuação das empresas no exterior, mas a própria experiência e alta capacidade



de capital que elas desenvolveram no Brasil antes e, particularmente, durante a ditadura civil-militar. Esse movimento é escorado em amplo suporte e favorecimento estatal, o que se dá principalmente em regiões prioritárias da política externa brasileira, como a América do Sul e a África.

Isso nos leva a um segundo conjunto de artigos sobre a expansão empresarial e política dos BRICS para a África. Dois deles expõem a visão de pesquisadores(as) brasileiros(as) sobre a atuação do Brasil no continente africano. Maurício Gurjão e Mônica Martins apresentam a política externa brasileira para a África durante o governo Lula na sua dualidade: de um lado, a face cooperativa, materializada em iniciativas como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e programas de transferência de conhecimentos; de outro, a face dominadora, revelada pelo interesse do Brasil em expandir sua liderança política e pela ação predatória de empresas brasileiras nos países africanos. Ana Garcia e Karina Kato exploram a inserção brasileira em Angola e Moçambique em termos de financiamento do BNDES, investimento direto de empresas privadas e públicas, e as políticas de “cooperação para o desenvolvimento”. As autoras dão ênfase a três temáticas: a identificação dos setores priorizados e seus arranjos institucionais; o diferenciado papel do Estado em cada um desses países e a relação ambígua e conflituosa com os projetos e atores brasileiros; e as novas formas de “endividamento Sul-Sul” geradas com essas transações, com consequências para as economias dos países africanos. Já a partir de uma perspectiva da África do Sul, Baruti Amisi, Bobby Peek e Farai Maguwu abordam a atuação dos BRICS na África, especialmente Moçambique e Zimbábue, como oportunidade de investimento no setor extrativo e em grandes projetos de infraestrutura, com terríveis impactos sobre as sociedades e o meio ambiente. Segundo os autores, o novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS objetivará dar uma forma coerente aos vários imperativos desses investimentos. A “maldição dos recursos” se evidencia na medida em que as elites dos BRICS, tanto os líderes políticos quanto as corporações, encontram aliados nas classes dominantes locais.

Um terceiro grupo de artigos trata da atuação conflituosa de empresas do setor extrativo – petróleo, gás e mineração – originárias dos BRICS. Judith Marshall faz uma ampla análise da atuação global da mineradora brasileira Vale e seus impactos sobre os trabalhadores e comunidades no Canadá, Moçambique e no próprio Brasil. Segundo a autora, o comportamento da Vale imita as piores tendências das grandes empresas de mineração em todo o mundo, e contribui para as tensões mundiais ao aumentar as disparidades entre ricos e pobres e mais degradação ambiental onde se insere. Já Igor Fuser avalia as interpretações predominantes no Brasil sobre o contencioso entre a Petrobrás e o governo da Bolívia, deflagrado pela nacionalização do gás pelo governo de Evo Morales, eleito em 2006. As distintas interpretações atribuem ao Estado brasileiro uma postura de “generosidade” nas relações externas de âmbito regional, gerando um mito, contestado pelo autor. Por fim, Omar Bonilla traz a perspectiva equatoriana sobre a geopolítica do petróleo da China. Conforme a autora, as empresas petrolíferas chinesas se adequaram rapidamente às mudanças políticas na região andina. No entanto, pouco tem sido feito para cumprir as normas nacionais e internacionais sobre direitos humanos. No Equador, as empresas chinesas têm contribuído significativamente para a expansão da fronteira extrativista, sobretudo no Yasuní, mostrando pouco interesse em melhorar as condições de trabalho e de responsabilidade para com os trabalhadores e ex-trabalhadores.

A economia baseada nos recursos energéticos fósseis e na indústria extrativa também foi o foco da análise de dois importantes pensadores marxistas internacionais. Elmar Altvater aponta para os limites da natureza e dos ecossistemas na progressiva liberalização de mercado. Consoante o autor, o mundo está hoje dividido em Estados-nação fortes, que estão usando métodos de geoengenharia em políticas de informação, bem como na política do clima; blocos comerciais que são cada vez mais transformados em mercados “despegados” das necessidades das sociedades, funcionando como protetorados de grandes corporações globais; alianças mais ou menos informais tais como as BRICS, que optaram por uma estratégia neoextrativista de desenvolvimento

que apresenta sérias limitações; e, por último, muitas pequenas nações, cuja influência no mundo contemporâneo é diminuta. Já James Petras tece uma forte crítica aos governos brasileiros, desde a ditadura civil-militar, ao período neoliberal de Cardoso, até os governos supostamente progressistas de Lula e Rousseff. Para ele, o Brasil tornou-se um dos principais exportadores de mercadorias de extração do mundo, promovida pela entrada e penetração maciças de empresas multinacionais imperiais e fluxos financeiros dos bancos estrangeiros. Com isso, houve uma “grande reversão”: de um país dinâmico nacionalista e em plena industrialização, para uma nação de ímpeto imperialista, vulnerável e dependente da extração agromineral, gerando novas lutas políticas e de classes.

Dois temas importantes apontam para articulações entre movimentos sociais dos BRICS. O primeiro é relacionado à tendência dos países do BRICS em hospedarem megaeventos, como jogos olímpicos e os mundiais de futebol da FIFA. Braathen, Sørboe e Mascarenhas discorrem sobre a destinação de altos recursos para megaeventos em países cuja capacidade institucional de proteção dos direitos humanos e ambientais ainda é frágil. Assim, no contexto de competição global neoliberal entre os países, os autores mostram como “cidades de exceção” se vendem como “cidades globais”. Exemplificadas no Rio de Janeiro, essas cidades tentam construir coalizões entre governo e empresas em busca de “oportunidades de negócios” no setor urbano. A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 estão tendo o efeito de um retrocesso social, a falta de uma revolução urbana, e ao mesmo tempo surge a percepção de um sentido social de que até mesmo as pessoas mais pobres têm “direito à cidade”.

O outro tema que pode articular vozes dissidentes entre as fronteiras é a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Em uma brevíssima, mas assertiva análise, Carlos Tautz aponta para o aspecto pouco democrático da construção dessa nova instituição financeira “do Sul”. O banco vem sendo objeto de debate e intervenção apenas de um número reduzido de organizações da sociedade civil e de membros da academia. Segundo o autor, esta condição reforça o distanciamento entre a sociedade e as decisões de fundo que moldam o modelo de acumulação no Brasil e

nos demais países onde o banco vier a atuar. Ao mesmo tempo, o banco (juntamente com o Acordo de Contingente de Reservas) consolida institucionalmente o próprio agrupamento BRICS, aumentando a complexidade das relações entre os cinco países. A criação do banco dos BRICS, e sua prioridade à construção de “infraestrutura para o desenvolvimento sustentável” na África (conforme decisão tomada em Durban), insere-se no projeto, em gestação nas agências multilaterais de financiamento, de inaugurar mais uma rodada internacional de financiamento a grandes projetos de infraestrutura econômica nos países “em desenvolvimento”. Desde pelo menos 2013, o Banco Mundial admite fundar a Global Infrastructure Facility (GIF). É neste quadrante que o futuro banco dos BRICS pretende se movimentar, ou seja, em harmonia com a atual arquitetura internacional de financiamento ao desenvolvimento e sem qualquer espaço para movimentos antisistêmicos. O autor aponta para a necessidade de atentar para a janela histórica de oportunidade para incidência da sociedade civil internacional, no intuito de garantir que os critérios de financiamento incluam a obediência a uma ampla gama de direitos. Essa é uma oportunidade única que não havia no momento de criação do FMI ou do Banco Mundial, ou mesmo do BNDES no Brasil.

Além dos temas econômicos, essa edição especial de *Tensões Mundiais* também traz um tema controverso, que são as perspectivas da cooperação militar entre os BRICS. Goldoni e Domingos Neto trazem importantes dados sobre o intercâmbio de material bélico e os projetos de desenvolvimento elaborados em conjunto, assuntos ainda muito pouco conhecidos e discutidos nos movimentos sociais e acadêmicos de esquerda. Os autores sustentam que, sendo antigos rivais, essas iniciativas podem contribuir para redesenhar a geopolítica mundial, com destaque para Eusária. Em caso de sucesso, mesmo parcial, contribuiriam para encerrar a hegemonia exercida pelas potências ocidentais industrializadas na área militar, mas potencialmente às custas de uma nova rivalidade interimperialista.

Essa edição especial de *Tensões Mundiais* sobre os BRICS teve um grande peso de contribuições do Brasil e da África do Sul, parcialmente como resultado das recentes cúpulas nesses países.

Ainda assim, somos afortunados por contar com o excelente artigo da escritora e romancista indiana Arundhati Roy, que trata o capitalismo indiano como uma “história fantasma”. A privatização de tudo agora avançou, e a corrupção é a “sabedoria convencional” para a acumulação de capital. Isso requer uma guerra de classes contra as forças de resistência, incluindo um exército maoísta, que controla grande parte da Índia Central. Em toda a Índia, megaprojetos, como extensas barragens e parques industriais, rodovias e expansão urbana estão gerando “um bom clima de investimento”, porém a remoção de milhões de pessoas não será concluída facilmente. As corporações se beneficiam, mas nem mesmo sua filantropia mais sofisticada, nem alianças com ONGs, podem erradicar a oposição popular. Com o capitalismo em crise profunda e a própria sobrevivência do planeta em jogo, as velhas estratégias de compras e guerra não vão funcionar.

A contribuição da Rússia está entre o grupo de artigos curtos, com diferentes posicionamentos sobre os BRICS. Esse conjunto de breves contribuições incluem análises de Immanuel Wallerstein, William Robinson, além de Susanne Soederberg, Sam Moyo, Paris Yeros e Achin Vanaik. Aqui temos a contribuição da pesquisadora do Instituto de Globalização e Movimentos Sociais, de Moscou, Anna Ochkina. A autora aponta para a situação contraditória nos BRICS, na qual o crescimento do potencial econômico e cultural (pelo menos no caso da Rússia e China) não foi acompanhado pelo desenvolvimento de tradições políticas democráticas ou o envolvimento em massa de pessoas na vida política através da auto-organização. Como resultado, nestes países o neoliberalismo – mesmo destruindo o potencial econômico e cultural acumulado – produz altos níveis de tensão social, contudo não gera uma resistência social consciente. As elites dos BRICS co-existem confortavelmente dentro do sistema e não estão interessadas em arriscar esta situação, mesmo quando têm algumas ambições políticas em nível global. Segundo a autora, sua lealdade às instituições econômicas globais é vista como uma garantia do seu estatuto internacional e até mesmo local. É por isso que os BRICS continuam a ser um “fantasma” em vez de uma verdadeira aliança.

Por fim, agradecemos, efusivamente, a todos os autores e autoras que contribuíram com essa edição especial de *Tensões*

*Mundiais*, elevando consideravelmente a qualidade das discussões sobre os BRICS. Também somos gratos a Camila Costa, do Observatório das Nacionalidades, rede de pesquisa sediada na Universidade Estadual do Ceará, e Boaventura Monjane, do Centro para a Sociedade Civil da Universidade de KwalaZulu-Natal, em Durban, cujo trabalho de tradução ao português possibilitou essa publicação. Finalmente, nossos agradecimentos à Fundação Ford que, através do projeto *Brics from below* com o Centro para a Sociedade Civil, apoiou grande parte desse trabalho.